



**ATA DA 17ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO –
2016
(90ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PJE)**

Ata da 17ª Reunião do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, realizada em 20 de maio de 2016, à 13h30, na Sala de Reuniões da Presidência, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível Doutor Flávio Fernando Almeida da Fonseca, presentes os membros do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, designados pela Portaria GPR N. 664, de 13 de maio de 2014, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 14 de maio de 2014, a saber, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Doutor Lizandro Garcia Gomes Filho, Juiz Assistente da Primeira Vice-Presidência, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da 24ª Vara Cível de Brasília Doutor Flávio Augusto Martins Leite, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Substituto do CEJUSC/JEC/Brasília Doutor Josmar Gomes de Oliveira, o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça do MPDFT Doutor André Vinícius Espírito Santo de Almeida, a Excelentíssima Senhora Defensora Pública do DF Doutora Sandra Aparecida Dohler Ferreira, a Senhora Assessora do MPDFT Gabriela Badaró, o Senhor Secretário do PJe Doutor Declieux Dias Dantas, o Senhor Coordenador Substituto da Coordenadoria de Projetos e de Sistemas de Primeira Instância Túlio Vieira Lins Parca e a Senhora Coordenadora de Gestão dos Sistemas de Segunda Instância – CGSIS Doutora Rosely de Paula Menezes. Ausentes, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola, a Excelentíssima Senhora Juíza de Direito de Turma Recursal Doutora Sandra Reves Vasques Tonussi, Juíza Assistente da Corregedoria, a Excelentíssima Senhora Conselheira da OAB/DF Hellen Falcão, o Excelentíssimo Senhor Procurador do DF Doutor Alexandre Moraes Pereira e o Senhor Secretário-Geral da Corregedoria Doutor Ricardo Augusto Barros Mendes. O Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Doutor Flávio Fernando iniciou os trabalhos submetendo à apreciação dos membros do Comitê o **primeiro item da pauta: Aprovação da Ata da 16ª Reunião do Comitê Gestor, realizada em 13 de maio de 2016.** Não houve impugnação e a ata foi declarada aprovada. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Juiz Doutor Flávio Fernando passou ao **segundo item da pauta: Funcionalidade de assinar documentos pendentes.** Na ocasião, passou a palavra ao Senhor Secretário do PJe Doutor Declieux Dias Dantas que esclareceu que a partir da próxima quarta-feira, dia, 25/05/2016, será lançada uma versão para solucionar a questão da assinatura de documentos pendentes em lote. A Defensoria Pública havia informado sobre a impossibilidade de assinatura dos processos em lote, pois a partir de três ou quatro expedientes, começa a haver uma degradação do sistema e não há como movimentá-los, é preciso visualizar um por um para poder devolver para a Secretaria. Na ocasião, o Senhor Secretário Substituto do PJe Aguiar Ribeiro Júnior, havia esclarecido que a funcionalidade de assinatura em lote dependia de um conjunto de dez pendências que precisavam estar sanadas para que pudesse funcionar perfeitamente. Naquela ocasião, sugeriu que os expedientes fossem assinados individualmente para evitar perda de prazo. O Senhor Secretário do PJe



Doutor Declieux Dantas garantiu que agora, com a nova versão, essa questão foi solucionada e solicitou que a Defensoria Pública fizesse testes para avaliar a funcionalidade. Na sequência, passou-se ao **terceiro item da pauta: Assuntos Diversos.** Na ocasião, o MM Juiz Doutor Flávio Fernando questionou o Senhor Secretário do PJE sobre a possibilidade de entrarmos em contato com o Tribunal de Justiça do Paraná, para obter informações sobre os avanços daquele órgão em relação ao módulo para o Segundo Grau de Jurisdição. Segundo destacou, é importante esse contato com o Tribunal de Justiça do Paraná – TJPR, para que não haja retrabalho em relação às etapas de desenvolvimento da ferramenta. O MM Juiz Doutor Flávio Leite havia informado, em relação a Reunião do Comitê Nacional do PJE dos Tribunais Estaduais, que o Tribunal de Justiça do Paraná - TJPR já possuía processos tramitando em Segundo Grau, no PJE. Todavia, esbarraram na mesma dificuldade que o TJDFT, que seria a questão da sessão e julgamento. O Senhor Secretário do PJE destacou que sempre que um tribunal está trabalhando em determinada funcionalidade, recebemos um e-mail sobre o que está sendo desenvolvido, assim não há retrabalho em relação ao Segundo Grau. O Senhor Secretário do PJE relatou que o Tribunal de Justiça do Paraná - TJPR está trabalhando para desenvolver uma mudança no sistema, que permita fazer a dinâmica de formação do quórum, abrindo espaço para todo o desenvolvimento de Segundo Grau. Ressaltou que aquele órgão dispõe de fluxo implementado de todas as classes, com exceção do Agravo de Instrumento e Habeas Corpus. O MM Juiz Doutor Flávio Leite salientou que a grande demanda do PJE será no Segundo Grau e que uma ideia para implementar no Tribunal, seria fazer um sistema híbrido. Caso o Tribunal esteja disposto a fazer isso, será perfeitamente viável e em pouco tempo será possível expandir para todos os fóruns que tiverem salas de advogados. A ideia é fazer um crescimento paulatino. Foi destacado que o maior problema será em relação à sessão, pois o sistema não permite gravar a ordem em que foram feitas as manifestações. O quórum é dinâmico e há os debates. Será necessário memorizar a ordem em que aconteceram essas informações. Na oportunidade, o Senhor Secretário do PJE informou que o Conselho Nacional de Justiça – CNJ autorizou que o Tribunal dê continuidade aos trabalhos relativos à sessão mas para isso, será preciso dispor de uma equipe maior para que possa fazer o atendimento aos Desembargadores na Segunda Instância. Neste sentido, noticiou que já foi solicitado ao Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Presidência Doutor Carlos Alberto Martins Filho sobre a ampliação da equipe de servidores da SEPJE, para esse atendimento. O Senhor Secretário do PJE informou ainda que, iniciaremos o segundo grau apenas com conflitos de competência, cujo volume é pequeno, em torno de dez processos por mês e assim que forem finalizados os últimos testes, será realizado um treinamento com as equipes das Turmas Recursais. Na sequência, a Excelentíssima Senhora Defensora Pública Sandra Aparecida Dohler solicitou que ficasse registrado em ata a solicitação para que a Defensoria Pública possa fazer todas as intimações no mesmo processo, vinculando todas as partes a uma intimação só e permitir uma resposta para todos. Na sequência, o Excelentíssimo Senhor Juiz Doutor Flávio Fernando agendou a 18ª reunião do Comitê Gestor do PJE, para o dia 27 de maio de 2016, às 13h30. Exaurida a pauta e não havendo outras deliberações por parte dos presentes, encerrou a sessão às 14h15, determinando que fosse lavrada a presente ata, que por ser a expressão da verdade segue assinada por todos os presentes.



TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

FLÁVIO FERNANDO ALMEIDA DA FONSECA

Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível de Brasília

LIZANDRO GARCIA GOMES FILHO

Juiz Assistente da Primeira Vice-Presidência

FLÁVIO AUGUSTO MARTINS LEITE

Juiz de Direito da 24ª Vara Cível de Brasília

JOSMAR GOMES DE OLIVEIRA

Juiz de Direito Substituto do CEJUSC/JEC/Brasília

ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA

Procurador de Justiça do MPDFT

SANDRA APARECIDA DOHLER FERREIRA

Defensora Pública do DF

GABRIELA BADARÓ

Assessora do MPDFT

DECLIEUX DIAS DANTAS

Secretário do PJE

TÚLIO VIEIRA LINS PARCA

Coordenadora da COSIST

ROSELY DE PAULA MENEZES

Coordenadora de Gestão dos Sistemas de Segunda Instância – CGSIS